

Governo fixará metas baseadas na poupança

Economia Brasil

São Paulo — O governo deverá divulgar, na semana que vem, o plano de diretrizes para a economia nos próximos quatro anos, em que o crescimento do país será sustentado por financiamentos baseados na poupança interna e em novos recursos externos, segundo disse ontem, o assessor do Ministério da Fazenda para questões da dívida externa, Paulo Nogueira Batista Jr.

Ao participar de um debate promovido pela Ordem dos Economistas de São Paulo, com o ex-presidente do Banco Central, Paulo Lyra, e o diretor da associação das exportações brasileiras, Laerte Setubal, Nogueira Batista contestou a postura dos que defendem a apresentação prévia, por parte do governo, de um plano econômico para que os credores tenham elementos concretos para renegociar a dívida externa brasileira. "Não é razoável que a estratégia de negociação seja apresentada antecipadamente, ela será apresentada no momento em que o governo sentar-se a mesa de negociações" explicou. O assessor do Ministério da Fazenda comentou que o esquema será apresentado pelo governo provavelmente na próxima semana, como um alicerce para a proposta a ser feita aos bancos credores, com a garantia de um crescimento da economia e a redução da transferência de recursos para o exterior.

"Só que esse plano vai ser apresentado ao país, que é o grande interessado na questão", ressaltou Nogueira Batista, para quem está havendo muita incompreensão de alguns setores da sociedade na forma como o governo vem administrando a questão da dívida externa.

Apesar de entender que esse "clima de alarme" pode prejudicar as negociações, o assessor do Ministério da Fazenda está convicto de que não haverá reações contrárias à decisão tomada pelo governo

brasileiro de não pagar os juros de médio e longo prazo de sua dívida externa. "O entrelaçamento dos credores e devedores é de tal ordem que não interessa a ninguém que haja uma reação desse tipo", analisou.

Nogueira Batista lembrou que a posição tomada pelo Brasil representa "um fato novo" num cenário em que os próprios governos dos países desenvolvidos reconhecem que o velho mecanismo em que os devedores se submetem a uma política ortodoxa do FMI, para gerar superávits comerciais — e, assim, pagar os juros e serviços de suas dívidas — está superado. O ex-presidente do Banco Central, Paulo Lyra — citado pelo assessor do ministro Dilson Funaro como a primeira pessoa de governo, em 83, a alertar para essa mudança — afirmou que a perspectiva é de que sejam suspensos com bancos comerciais os empréstimos em moeda estrangeira nos próximos cinco anos, para a volta da normalização do mercado financeiro internacional. A partir dessa providência, analisou Lyra, seriam criados mecanismos de eventuais concessões de novos créditos, como os que já existem com bancos oficiais e os devedores teriam mais facilidade para pagar os seus débitos, com redução das transferências de recursos.

O diretor da associação dos exportadores brasileiros, Laerte Setubal, disse que a geração de superávits na balança comercial é uma decorrência natural do processo de crescimento da economia do país. "Exportar é um ato que gera emprego" afirmou, lembrando que para cada um bilhão de dólares gerados, há a garantia de que 74 mil estão empregados. Com 20 bilhões de dólares, há emprego para 1 milhão 500 mil pessoas.